

Igreja, Povo de Deus: ministerialidade, colegialidade e corresponsabilidade à luz da ação pastoral de Dom Paulo Evaristo Arns

Church, People of God: ministeriality, collegiality and co-responsibility in the light of the pastoral action of the Bishop Paulo Evaristo Arns

Ronivalder Biancão¹

Resumo: O presente artigo pretende fazer uma análise da vida e atuação episcopal de Dom Paulo Evaristo Arns na Arquidiocese de São Paulo, procurando salientar como as ações pastorais e o modelo eclesial vislumbrado pelo prelado se mostraram uma efetiva aplicação dos elementos nucleares da Teologia conciliar sobre a identidade e missão da Igreja. Para isso, em primeiro lugar, serão feitas considerações sobre as perspectivas eclesiais e pastorais assumidas pela Igreja Católica a partir do Concílio Vaticano II as quais influenciaram grandemente D. Paulo. Em segundo lugar, serão apresentados, à luz da história de vida do arcebispo metropolitano, acontecimentos e iniciativas suas que muito marcaram a memória da Igreja de São Paulo sob o seu pastoreio. E por último, serão destacadas as características do aggiornamento eclesial a partir das preocupações e das práticas pastorais impressas pelo Cardeal Arns na caminhada da Igreja de São Paulo, caracterizadas pela tríade ministerialidade, colegialidade e corresponsabilidade.

Palavras-chave: Dom Paulo Evaristo Arns. Concílio Vaticano II. Conferências do CELAM. Arquidiocese de São Paulo. Plano Pastoral.

Abstract: The present article intends to analyze the life and episcopal performance of Bishop Paulo Evaristo Arns in the Archdiocese of Sao Paulo, seeking to emphasize how the pastoral actions and the ecclesial model

Artigo recebido em: 11 de ago. de 2022
Aprovado em: 16 de jan. 2023

¹ Graduado em Filosofia e em Teologia pela Faculdade de São Bento de São Paulo. Mestrando do Programa de Estudos Pós-Graduados em Teologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

envisioned by the prelate proved to be an effective application of the core elements of Conciliar Theology on identity and mission of the Church. For this, firstly, considerations will be made about the ecclesial and pastoral perspectives assumed by the Catholic Church after the Second Vatican Council, which greatly influenced Bishop Paulo. Secondly, in the light of the life history of the metropolitan archbishop, some events and initiatives of that greatly marked the memory of the Church of São Paulo under his shepherding will be presented. And finally, the characteristics of ecclesial *aggiornamento* will be highlighted from the concerns and pastoral practices imprinted by Cardinal Arns on the path of the Church of São Paulo, characterized by the triad ministeriality, collegiality and co-responsibility.

Keywords: Bishop Paulo Evaristo Arns. Second Vatican Council. Conferences of CELAM. Archdiocese of Sao Paulo. Pastoral Plan.

Introdução

O período de 1970 a 1998 foi de grande vitalidade e expressividade para a Igreja de São Paulo, dada a atuação e o dinamismo de seu bispo diocesano, Dom Paulo Evaristo Arns. Ele, contemporâneo de outros grandes exemplos de pastores como D. Helder Câmara e D. Pedro Casaldáliga, foi um homem atento aos acontecimentos do seu tempo, no qual a repressão, por ocasião do Regime Militar, o aumento demográfico da região metropolitana de São Paulo e os desafios sociais das periferias clamavam por um posicionamento e uma ação pastoral efetiva da comunidade cristã em favor da liberdade, da justiça e da dignidade da vida humana.

Pode-se dizer que Dom Paulo foi o vetor de uma Igreja viva para o povo paulistano, capaz de responder e de se preparar à altura dos desafios postos durante esse período de grande efervescência social e cultural. No intento de uma retrospectiva da vida e da ação de D. Paulo em São Paulo, algumas questões aparecem naturalmente: ele era um homem visionário? Quais foram suas inspirações ideológicas? Que modelo de Igreja era aquele defendido por ele, tão distinto de outros tempos? Como resposta a questionamentos deste tipo (e outros análogos) é que o artigo em questão se propõe a discorrer sobre a noção de Igreja povo de Deus à luz da atuação do Cardeal Arns, que no de 2022, centenário de seu nascimento, foi recordado com saudosa memória.

1 – Uma nova compreensão de ser Igreja

O Concílio Ecumênico Vaticano II, ocorrido entre os anos de 1962 e 1965, foi o grande evento que marcou a história da Igreja e do mundo cristão no último século. O grande “*aggiornamento*” (como disse o Papa João XXIII em seu discurso por ocasião da convocação

do Concílio) ficou bem expresso nos vários documentos promulgados ao seu término, mais especificamente, em suas 4 constituições (os mais expressivos em conteúdo), 9 decretos e 3 declarações. Para o assunto deste tópico, dois deles necessitam de uma exposição: a Constituição Dogmática *Lumen Gentium* sobre a Igreja, e a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no mundo de hoje.

A *Lumen Gentium* (LG)² discorre sobre o Mistério da Igreja numa linguagem atual, positiva, sem o acento outrora dado no modelo institucional sob o título de “sociedade perfeita” que percorreu muitos anos e que, na pós-modernidade, já não encontrava mais ecos favoráveis para sua aceitação. Lembram os padres conciliares que a Igreja, enquanto sacramento de Cristo, deve assumir sua vocação e missão universal de ser sinal e instrumento da união íntima entre Deus e os seres humanos³. Das diversas imagens apresentadas para identificar a Igreja⁴, nenhuma ficou tão marcante como a da “Igreja povo de Deus”, termo que nomeia o segundo capítulo do documento.

Recorrendo a uma breve leitura tipológica do AT, os padres conciliares recordam que aprova a Deus santificar os seres humanos não individualmente, de modo a excluir a relação deles uns com os outros, mas constituindo um povo, que por sua vez, renascido em Cristo, participasse da Sua missão e da condição filial adquirida por Ele⁵. Por isso, a qualidade de “povo sacerdotal” em Jesus Cristo, adquirida pelo Batismo, exerce-se em um sacerdócio comum, do qual, leigos ou ministros ordenados, participam cada um a seu modo do único sacerdócio de Cristo e da missão salvífica da Igreja, sem uma distinção de maior ou menor dignidade entre eles⁶. A participação do povo de Deus, que não se limita ao âmbito sacramental, envolve também a missão profética e os carismas recebidos pelo Senhor, que sob influxo do Espírito, lhes orientam na retidão da fé vivenciada⁷.

A apresentação dessa Teologia eclesial é feita de forma mais abrangente, ao afirmar a catolicidade da Igreja em chave inclusiva e respeitosa à diversidade, na qual todos os seres humanos são

² CONCÍLIO VATICANO II. *Constituição Dogmática Lumen Gentium sobre a Igreja*. In *Documentos do Concílio Vaticano II*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2002.

³ LG 1.

⁴ LG 6-7.

⁵ LG 9.

⁶ LG 10.30.

⁷ LG 10-12.

chamados a formar o novo povo de Deus⁸. Nesse sentido, não existe princípio de exclusão, seja qual for a cultura ou tradição, pois tudo o que é de valor na vida humana constitui riqueza e está orientada para a unidade do Corpo de Cristo, o que inclui os não-católicos e até os não-cristãos que, embora não professem a fé no Evangelho, orientam-se a Deus de coração sincero e segundo sua consciência⁹. O documento é feliz ao afirmar que

Todos os homens, portanto, são chamados a esta unidade católica do povo de Deus, que prefigura e promove a paz universal, à qual, embora de maneira diferente, pertencem ou para a qual se orientam tanto os católicos como todos os cristãos, e mesmo todos os homens em geral, chamados pela graça de Deus à salvação¹⁰.

A novidade da Teologia conciliar ganha ainda mais visibilidade ao tratar dos fiéis leigos, não como um adendo do capítulo sobre a hierarquia, mas com especial destaque. Ao falar da natureza e missão dos fiéis leigos, os padres conciliares pontuam que, por serem incorporados ao povo de Deus pelo Batismo, eles participam do mesmo tríplice *múnus* sacerdotal, profético e real, resguardando sua condição secular. É bonito o princípio orientador da vocação laical: “buscar o Reino de Deus, ocupando-se das coisas temporais e ordenando-as segundo Deus”¹¹.

Não havendo maior ou menor dignidade dentro desse povo, mas distinção de vocação e funções na edificação do Reino¹², o exercício do apostolado dos leigos é reconhecido como indispensável para a missão salvífica da Igreja, seja na função cultural, sejam nas funções profética e régia, nas quais, dando autêntico testemunho de vida cristã e de engajamento nas tarefas temporais em vista do bem comum, cooperam para a dilatação e o incremento do Reino de Cristo no mundo¹³. A relação que se estabelece com a hierarquia não está, portanto, na subserviência aos ministros ordenados, mas na colaboração responsável e no respeito mútuo, visto que sendo os pastores representantes de Cristo, eles devem tanto zelar pelos fiéis

⁸ LG 13.

⁹ LG 14-16.

¹⁰ LG 13.

¹¹ LG 31.

¹² LG 32.

¹³ LG 34-36.

leigos como reconhecer suas capacidades, dando-lhes liberdade de ação, a fim encorajá-los no serviço da Igreja¹⁴.

Com respeito à *Gaudium et Spes* (GS)¹⁵, esta constituição pastoral é a grande expressão de reconciliação entre Igreja e sociedade: o mundo moderno, que no passado constituía quase que um adversário da fé, passa a ser visto como campo de missão, um *locus* teológico indispensável para a ação evangelizadora da Igreja a serviço da família humana inteira. O pressuposto teológico básico para a *Gaudium et Spes* foi “a possibilidade de promover um encontro salutar (de salvação) entre a tradicional profissão de fé (Tradição) e a atual situação da humanidade (situação)”¹⁶.

Reza o documento que, por ser o “teatro da história da humanidade”, esse mundo está marcado por derrotas e vitórias, mas, conforme o desígnio divino, foi por Deus criado, e é desejo d’Ele, que seja transformado e alcance sua própria realização¹⁷. O início da *Gaudium et Spes* expressa o espírito de unidade entre Igreja e mundo que perpassa todo o documento:

As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração. Porque a sua comunidade é formada por homens, que, reunidos em Cristo, são guiados pelo Espírito Santo na sua peregrinação em demanda do Reino do Pai, e receberam a mensagem da salvação para a comunicar a todos. Por este motivo, a Igreja sente-se real e intimamente ligada ao gênero humano e à sua história.¹⁸

Considerando, então, o papel da comunidade cristã de promover a fraternidade universal¹⁹ orientada pelo reconhecimento da dignidade da vida humana e pelo significado da atividade humana,

¹⁴ LG 37-38.

¹⁵ CONCÍLIO VATICANO II. *Constituição Pastoral Gaudium et Spes sobre a Igreja no mundo de hoje*. In *Documentos do Concílio Vaticano II*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2002.

¹⁶ MANZATTO, Antônio. Fundamentos Teológicos da *Gaudium et Spes*. *Revista de Cultura Teológica*, São Paulo, v. 17, 2009, p. 79-80.

¹⁷ GS 2.

¹⁸ GS 1.

¹⁹ GS 3.

enquanto vetor da realização do desígnio de Deus na história²⁰, na época, o magistério conciliar comunicou o compromisso da Igreja com a família humana em atenção aos problemas emergentes que atingem tanto o indivíduo quanto a sociedade. Três frentes são dignas de destaque: a promoção do progresso cultural, a atenção à vida econômico-social e a atenção à vida da comunidade política.

Com respeito à promoção do progresso cultural, o Concílio recorda que a cultura é patrimônio de uma comunidade humana, por ser a convergência das capacidades do espírito e do corpo que se desenvolve na natureza, gerando valores para a civilização com vistas à realização plena da vida humana²¹. Devido às rápidas mudanças nos estilos de vida e ao desenvolvimento de um novo humanismo²², a Igreja se mostrou preocupada com alguns desafios, tais como: o de uma expansão cultural que coloca em risco os valores tradicionais de cada povo, a conciliação do conhecimento com a contemplação que leva à sabedoria, a participação de todos nos benefícios adquiridos pelo desenvolvimento cultural, e um humanismo que, na sua legítima busca por autonomia, não seja hostil à religião²³.

Diante destes desafios, o Concílio enfatiza o dever dos cristãos de colaborarem na edificação de um mundo mais humano por meio das suas atividades e capacidades, destacando o caráter sublime deste engajamento: quanto mais comprometidos os cristãos estiverem com o mundo e seus valores positivos (apesar de seus limites e, por vezes, excessos), mais a cultura humana atinge seu lugar na vocação integral do ser humano à luz do plano de Deus e Sua reta vontade²⁴. Afinal, se a própria Boa Nova do Evangelho nasceu, se expandiu e se desenvolveu nas várias expressões culturais, os valores que emanam do anúncio de Cristo são perfeitamente harmonizados com a busca da perfeição integral da pessoa humana no seio das culturas²⁵.

Por isso, os padres conciliares deixam claro que é dever dos cristãos trabalharem pelo desenvolvimento da cultura, sem qualquer forma de discriminação, promovendo acesso à educação básica, e pelo reconhecimento da autonomia das ciências para o progresso de todos.²⁶ No campo pastoral, a Teologia deve comunicar a doutrina cristã adaptada às exigências e questões postas pelas ciências; e as atividades pastorais não devem ser realizadas sem o auxílio das

²⁰ GS 34.40.

²¹ GS 53.

²² GS 55.

²³ GS 56.

²⁴ GS 57.

²⁵ GS 58-59.

²⁶ GS 60-61.

ciências humanas (psicologia e sociologia), as quais são capazes de ajudar a conduzir os fiéis a uma vida de fé mais pura e adulta. No fundo, tais asserções do concílio foram um alerta de que a Igreja precisa empenhar-se para que todas as atividades e manifestações culturais coletivas sejam penetradas pelo espírito humano e cristão²⁷.

Sobre a atenção à vida econômico-social, enfatizou-se o dever de respeitar, promover e lutar pela dignidade da vida humana e pelo bem de toda a sociedade²⁸. Nesse sentido, chamou-se a atenção para as desigualdades sociais, das quais não só se via a discrepância das condições de vida entre diferentes países, mas também da situação de desequilíbrio econômico, caracterizada pela coexistência de situações de luxo e de miséria. Frente a este cenário, o concílio confirmou os princípios de justiça e equidade e de maior participação de pessoas na atividade econômica, enfatizando a necessidade de um desenvolvimento econômico integral, a serviço do ser humano²⁹.

Outro dado relativo à esta atenção foi a ênfase dada à necessidade de um enérgico esforço de superação da situação de desigualdade, associada ao mal da discriminação individual e social, que é visível, por exemplo, para com aqueles que trabalham no campo e para com pessoas oriundas de outros países, cujas condições precárias de vida relacionadas à habitação, à mobilidade e ao trabalho são por vezes ignoradas pelos poderes públicos³⁰. O concílio defendeu como princípios diretores de toda a vida econômico-social: a dignidade do trabalho³¹, a participação efetiva dos trabalhadores na gestão de empresas, inclusive, através de livres associações³² e a destinação comum e universal dos bens da Criação³³.

No tocante à atenção para com a vida da comunidade política, o concílio recordou o dinamismo da vida pública que segue o mesmo movimento das transformações culturais. Tal dinamismo, está marcado pelo incessante anseio humano de instaurar uma ordem política na qual os direitos individuais de livre associação, de liberdade de expressão e de profissão de fé sejam assegurados. Em espírito de unidade a esses valores cívicos, o Concílio afirmou que sentimentos de justiça, benevolência e serviço pelo bem comum são

²⁷ GS 62.

²⁸ GS 72.

²⁹ GS 63-64.

³⁰ GS 65.

³¹ GS 67.

³² GS 68.

³³ GS 69,71.

indispensáveis para o estabelecimento de uma vida política verdadeiramente humana³⁴.

Além disso, foi enfatizado que esse bem comum, natureza e fim da comunidade política, realiza-se a partir da construção de uma estrutura que resguarde a unidade da comunidade, com o devido equilíbrio entre os poderes constituídos para esse fim³⁵, o que implica a colaboração de todos na vida pública. Esta, por sua vez, efetiva-se dentro de uma equilibrada estrutura jurídico-política que estabelece as obrigações dos indivíduos para o bem comum, bem como a garantia da participação na escolha dos seus governantes e o asseguramento dos seus direitos³⁶.

Os padres conciliares fazem questão de mostrar que a pertença batismal de cada fiel não o aliena do seu papel de cidadão na sociedade e no campo política, pois, embora a comunidade política e a comunidade eclesial sejam independentes e autônomas, ambas servem à vocação pessoal e social dos seres humanos. A Igreja, dada a sua adesão ao Evangelho, é chamada à missão de promover a paz e fomentar tudo o que há de bom e verdadeiro na comunidade humana³⁷.

Na América Latina, o Concílio Vaticano II ecoou de forma bastante frutífera. Destacou-se aqui a atuação do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) que se comprometeu a aplicar o Concílio, impulsionado pelo compromisso assumido pelos bispos que se reuniram para discutir as questões mais emergentes do novo continente e a indispensável atuação da Igreja. Duas conferências foram fundamentais para impulsionar uma nova vitalidade eclesial à missão em solo latino-americano: a de Medellín e a de Puebla.

Os documentos³⁸ da Conferência de Medellín³⁹, ocorrida em 1968, mostraram ser mais do que uma mera transposição da teologia conciliar: revelaram sua efetiva apreensão, dentro de um “processo de

³⁴ GS 73.

³⁵ GS 74.

³⁶ GS 75.

³⁷ GS 76.

³⁸ No plural, pois foram dezesseis comissões que trabalharam temas diferentes, os quais, juntos, constituem um texto integral intitulado “Conclusões de Medellín”. Em um esquema indicativo sobre diversidade teológica presente nas conclusões apresentado por Enrique Dussel, os temas dos três grandes capítulos estiveram permeados não só pela teologia conciliar, mas também, por uma teologia pós-conciliar e pela nascente Teologia da Libertação (DUSSEL, Enrique. *De Medellín a Puebla: uma década de sangue e esperança*. São Paulo: Loyola, 1981, v. 1, p. 71).

³⁹ CELAM. *Conclusões de Medellín*. 5. Ed. São Paulo: Paulinas, 1984.

discernimento, assimilação criativa e abertura de novas trilhas”⁴⁰. Nesse sentido, a originalidade do método usado (Ver-Julgar-Agir) na leitura dos sinais dos tempos foi de grande ajuda para a condução dos trabalhos dos participantes, aponta Murad⁴¹.

O autor relembra que três foram os eixos que alinharam os temas trabalhados na conferência: 1. Promoção Humana, 2. Evangelização e crescimento na Fé e 3. Igreja visível e suas estruturas⁴². Dentro destes eixos, alguns temas merecem especial destaque, dada a singularidade e o espírito profético e de renovação com que apareceram, e pela relevância ao tema do artigo em questão.

O primeiro deles é o tema da Justiça (I). As projeções da pastoral social apresentadas neste documento são muito ricas e seguem a linha de uma missão cuja tarefa é, essencialmente, “um serviço de inspiração e de educação das consciências dos fiéis, para ajudar-lhes a perceber as exigências e responsabilidades de sua fé, em sua vida pessoal e social”⁴³. Para tanto, a Pastoral Social da Igreja povo de Deus busca ser um auxílio aos desamparados pela situação de injustiça institucionalizada, estabelecendo diálogo com setores da sociedade que lutam para o estabelecimento do bem comum, da justiça e da paz. Como modo concreto de ação, ficou determinado a promoção da Comissão de Justiça e Paz, e uma ampliação do organismo Caritas⁴⁴.

Outro tema importante foi o da Paz (II). Diante do problema da violência na AL, ocasionado por tiranias que minavam a liberdade dos países – uma clara indicação às tantas ditaduras presentes na época – cujas tensões ameaçavam a paz, os bispos compreenderam que era necessário denunciar as situações de injustiça e de destruição da paz. Para isso, dever-se-ia mover as diversas frentes eclesiais a se comprometerem com esta causa, seja na linha da reflexão, seja da ação conjunta com a sociedade e outras expressões religiosas, num uso responsável dos meios de comunicação⁴⁵.

Um tema impactante foi o da Pobreza da Igreja (XIV). Trata-se aqui de uma grave constatação: havia discrepância entre a situação do povo em geral, mergulhado na pobreza, e a situação de enriquecimento e privilégios dos membros da instituição Católica,

⁴⁰ MURAD, Alfonso Tadeu. Medellín: história, símbolo e atualidade. *Horizonte*: revista de estudos de teologia e ciências da religião. Belo Horizonte, v. 16, 2018, p. 605.

⁴¹ MURAD, 2018, p. 610.

⁴² MURAD, 2018, p. 605.

⁴³ MEDELLÍN, I, 7.

⁴⁴ MEDELLÍN, I, 19-23.

⁴⁵ MEDELLÍN, II, 29-33.

motivo que comprometia um testemunho de engajamento e verdadeira comunhão. Nesse sentido, após apontar muito concretamente como cada categoria de batizado devia assumir a pobreza como testemunho verdadeiramente evangélico⁴⁶ os bispos declararam:

Queremos que nossa Igreja latino-americana esteja livre de peias temporais, de conveniências indevidas e de prestígio ambíguo; que livre pelo espírito dos vínculos da riqueza, seja mais transparente e forte sua missão de serviço; que esteja presente na vida e nas tarefas temporais, refletindo a luz de Cristo, presente na construção do mundo⁴⁷.

O último tema a ser destacado é o da Pastoral de Conjunto (XV). Trata-se aqui da sensibilidade apresentada pela 2ª Conferência do CELAM sobre uma indispensável vivência eclesial que faça valer os atributos da comunhão e da catolicidade da Igreja povo de Deus. Para tanto, foram apresentadas orientações pastorais na linha de uma renovação das estruturas pastorais, que não se fita em organismos burocráticos e atitudes particularistas, mas no incremento de organismos de participação que envolvam a todos – ministros ordenados, leigos e religiosos⁴⁸.

Foi dado ênfase às comunidades cristãs de base, entendidas como núcleos basilares que possibilitam verdadeira convivência fraterna de seus membros, com lideranças formadas que trabalhem em conjunto. As circunscrições eclesiásticas (paróquias, vicariatos, dioceses, conferências episcopais etc.) são as articuladoras dessa unidade, e cada qual cumpre o seu papel de forma dialogada sobre as ações pastorais a serem desempenhadas⁴⁹. Os bispos pontuaram que, além da reforma nas estruturas eclesiais, se fazem necessárias uma renovação pessoal (de caráter pedagógico e teológico-pastoral), com vistas à uma consciência verdadeiramente eclesial, e uma ação pastoral devidamente planejada, de acordo com o processo de desenvolvimento da América Latina⁵⁰.

Onze anos mais tarde, em 1979, acontece a 3ª Conferência do CELAM em Puebla. Os esforços dos bispos latino-americanos pela consolidação de uma “Igreja popular” encontraram muitas tensões *intra ecclesia* no período do pontificado de João Paulo II, os quais

⁴⁶ MEDELLÍN, XIV, 12-17.

⁴⁷ MEDELLÍN, XIV, 18.

⁴⁸ MEDELLÍN, XV, 3-4.

⁴⁹ MEDELLÍN, XV, 13-33.

⁵⁰ MEDELLÍN, XV, 34-36.

incidiram na própria redação do texto final. Dussel⁵¹ pontua que o acontecimento eclesial de Puebla é muito mais do que o seu (limitado) documento final, visto que os eventos antecedentes à conferência no México já revelaram a força propulsora de Medellín naquela consolidação dos anseios crescentes por uma prática eclesial com verdadeiro protagonismo e testemunho evangélico.

Em seu extenso documento, Puebla⁵² segue com o método (Ver-Julgar-Agir) já consagrado na abordagem dos temas, bem como com boa parte de suas orientações pastorais. Contudo, foram marcantes dois elementos que merecem destaque aqui: a afirmação da Igreja como comunhão e participação e a opção preferencial pelos pobres⁵³. Sobre o primeiro, a noção de “comunhão” presente no texto diz respeito à formação do corpo eclesial/comunitária que não é mera junção de membros, mas a articulação comum, integradora de cada pessoa. Já a noção de “participação”, diz respeito ao modo como se concretiza essa comunhão, visto que é no envolvimento e na responsabilização dos agentes que ela se torna realmente possível.

O documento sustenta que os centros de comunhão e participação eclesial, radicados na família e na comunidade eclesial de base/ paróquia/ Igreja particular⁵⁴, requer diferentes categorias de agentes engajados (hierarquia, religiosos e leigos)⁵⁵ que podem atuar em diferentes meios (liturgia/piedade popular, testemunho, catequese, educação e comunicação social)⁵⁶.

Sobre o segundo elemento, tal opção que, mais tarde, tornou-se não só horizonte pastoral, mas também chave hermenêutica para a Teologia Latino-Americana, deve ser compreendida enquanto uma ação deliberada que, assumida coletivamente pela comunidade cristã, se apresenta como um posicionamento evangélico na sociedade que por sua vez promove a libertação integral⁵⁷. A pobreza cristã não é lida somente como situação de privação e marginalização as quais urgem ações libertadoras, mas se compreende como um modelo de vida autenticamente evangélico (pautado nos ensinamentos e exemplos de

⁵¹ DUSSEL, Enrique. *De Medellín a Puebla: uma década de sangue e esperança*. São Paulo: Loyola, 1983. v. 3, p. 621-624.

⁵² CELAM. *Puebla: a evangelização no presente e no futuro da América Latina*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1980.

⁵³ Embora em Medellín não aparece explicitamente a opção pelos pobres como uma prioridade, ela estava implícita nos trabalhos das comissões bem como conclusões pastorais do documento.

⁵⁴ PUEBLA 567-657.

⁵⁵ PUEBLA, 658-848.

⁵⁶ PUEBLA 892-1095.

⁵⁷ PUEBLA 1134.

Jesus) que não absolutiza os bens terrenos, e que move os corações para uma atitude de confiança em Deus, de solidariedade com o próximo e de sobriedade de vida⁵⁸.

2 – O dom de uma vida orientada ao serviço e atenta aos sinais dos tempos

Sem olhar para o último Concílio e para as conferências de Medellín e Puebla, ficaria comprometido o entendimento sobre as inspirações de D. Paulo no exercício de seu ministério episcopal. Seu jeito de ser e o modo como organizou o trabalho pastoral em São Paulo deixaram transparecer essa nova concepção de ser Igreja, enquanto um povo, que vive sua vocação batismal em chave ministerial. Muito da sua sensibilidade e zelo pastorais estão ligados à sua história de vida⁵⁹. Por isso, um resgate dessa memória ajuda a ilustrar melhor os efeitos da sua ação pastoral.

O futuro arcebispo de São Paulo, ora amado, ora perseguido, recebeu os primeiros tijolos da construção de sua personalidade no interior do estado do Rio Grande do Sul, mais precisamente, no pequeno município de Forquilha. Sendo o quarto filho de pais muito religiosos de ascendência alemã, recebeu, desde pequeno, uma educação que lhe fez crescer nas virtudes e nos valores familiares e religiosos⁶⁰, junto com os seus 14 irmãos (12 biológicos e 2 adotados), cujo referencial era o exemplo e a dedicação dos pais Gabriel e Helena – que ia do incentivo aos estudos⁶¹, ao desenvolvimento de habilidades e empreendedorismo relacionados ao trabalho no campo. Desde a tenra idade, o pequeno Paulo era aplicado nos estudos que fizera na escola local dos 6 aos 12 anos, quando, após consentimento do pai, vai para o seminário menor dos frades franciscanos em Rio

⁵⁸ PUEBLA 1141-1165.

⁵⁹ PASSOS, João Décio. Renovação conciliar e identidade episcopal: o perfil original de Paulo Evaristo Arns, *Revista de Cultura Teológica*, São Paulo, v. 30, 2022, p. 50.

⁶⁰ ARNS, Paulo Evaristo. *Da Esperança à Utopia: testemunho de uma vida*. Rio de Janeiro: Sextante, 2001, p. 17-18.

⁶¹ Gabriel Arns não tinha instrução, mas era de sólida formação cultural, graças ao seu gosto e esforço pessoal. Seu espírito de liderança e de visão despertou entre os colonos confiança e respeito, e durante um tempo, ele foi presidente de uma associação escolar, devido ao seu empenho em trazer a escola para a colônia, possibilitando, assim, o estudo das crianças (SYDOW, Evanize; FERRI, Marilda. *Dom Paulo: um homem amado e perseguido*. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2017, p. 38).

Negro – PR, onde estuda por mais um tempo antes de ingressar no noviciado da Ordem⁶².

Fazer parte da família religiosa do santo pobre de Assis foi outro pilar importante na vida de D. Paulo. Ele mesmo conta que, apesar dos desafios próprios do novo estado de vida, foi dali que ele reteve uma experiência ímpar na sua formação religiosa e presbiteral, as quais ele sintetiza em cinco elementos: leitura meditada do Evangelho, liberdade, religiosidade, não esquecimento de suas raízes e não esquecimento da missão da Igreja em meio ao povo sofrido – porém sempre esperançoso⁶³. Olhando para esse período, D. Paulo partilha algo muito belo colhido dos traços de seu fundador, o seráfico pai São Francisco:

Nada, porém, foi aos poucos se tornando mais fraterno do que o irmão que sofre. Por longo tempo desejei não ser mais padre e sim um “simples frei”, companheiro dos homens feridos na caminhada. Quem sabe foi isso que me levou aos morros de Petrópolis por dez anos e meio, entre favelados, como também às favelas e à periferia sofrida de São Paulo⁶⁴.

Além das qualidades pessoais como religioso, sua inteligência e aptidão nos estudos chamou a atenção de seus superiores os quais não pouparam esforços para mandá-lo ao exterior (Sourbonne, na França), no intuito de continuar os estudos: o então frei Evaristo escolheu especializar-se em letras. Sua experiência internacional num período complicado do pós-guerra lhe possibilitou ter contato com a efervescência social, eclesial e cultural daquele período, durante o qual trocou muitas experiências com seus confrades e outros clérigos e religiosos⁶⁵.

Antes de ser ordenado bispo auxiliar de São Paulo em 1966 (pouco depois do encerramento do Concílio Vaticano II), por indicação direta do Papa Paulo VI⁶⁶, o exercício de seu apostolado se deu na formação dos confrades da Ordem Franciscana, na atuação junto ao mundo universitário como professor e educador popular, e nos meios de comunicação como responsável pelo Centro Informativo Católico em Petrópolis⁶⁷. Apesar de todas essas frentes bastante

⁶² SYDOW; FERRI, 2017, p. 39-44.

⁶³ ARNS, 2001, p. 55-61.

⁶⁴ ARNS, 2001, p. 60.

⁶⁵ ARNS, 2001, p. 75-82; SYDOW; FERRI, 2017, p. 55-65.

⁶⁶ SYDOW; FERRI, 2017, p. 85-87.

⁶⁷ SYDOW; FERRI, 2017, p. 69-83.

exigentes, a vida de frei Evaristo sempre esteve marcada pela experiência junto aos mais pobres, aos quais se dedicava com muito carinho e atenção. D. Paulo conta sobre sua saudosa memória de contato direto com o povo pobre de Petrópolis:

Comecei a subir os morros e as crianças se interessaram logo por mim, curiosas de me verem de hábito. Aos poucos, muitos vinham me esperar e um coro acompanhava minha escalada: “Bênção, frei Evaristo!” As crianças corriam ao meu encontro, pulavam no meu pescoço, me levavam para as suas casas quando a mãe estava doente. As mulheres me chamavam com a maior confiança para resolver problemas com seus maridos, e eu era convidado para as festas, e passei a participar intensamente da vida de todos. Tudo era feito com enorme afeto e intimidade. [...] Conhecer aquelas pessoas e ser amado por elas foi motivo de uma profunda felicidade para mim⁶⁸.

Com base nessas informações, já se deduz as qualidades do bispo que foi nomeado para a Igreja de São Paulo: homem culto, com rica experiência pastoral, sensível e amável para com os mais pobres, e que bebeu das primeiras águas da renovação eclesial impulsionada pelo Concílio Vaticano II⁶⁹. Era o perfil de pastor que a arquidiocese precisava para os anos que viriam, marcados por muitos desafios e oportunidades, mas também por muitas adversidades. Foram esses momentos que, através da pessoa de D. Paulo, revelaram a vivacidade eclesial e pastoral da nova teologia conciliar que cativava a todos. Três aspectos de sua personalidade incidiram diretamente na sua atuação: a preocupação com as periferias, a simplicidade de vida e a solidariedade aos sofredores e perseguidos.

⁶⁸ ARNS, 2001, p. 89.90.

⁶⁹ D. Paulo acompanhou a Conferência de Medellín e participou da Conferência de Puebla, as quais foram grandes inspirações para a sua atuação como bispo. Sobre Medellín, especificamente, ele partilha o entusiasmo com o qual o esse acontecimento estava sendo recebido na arquidiocese: “O clima de São Paulo se transformou em expectativa crescente quando soubemos que os documentos de Medellín estavam sendo preparados a partir das bases, para depois chegarem até a discussão dos coordenadores. [...] O entusiasmo pelas notícias que nos chegavam de Medellín foi tão grande, que me dirigi ao redator do novo Jornal da Tarde para ver se ele poderia acompanhar os passos que essa reunião da Colômbia estava dando para o futuro” (ARNS, 2001, p. 110.111).

Logo que D. Paulo ficou à frente da arquidiocese de São Paulo em 1970, sucedendo a D. Agnelo Rossi, sentia-se bastante incomodado com a suntuosidade do Palácio Episcopal, tanto pelo tamanho do imóvel, quanto pela estrutura onerosa proveniente de sua manutenção e organização. Não demorou muito para que seu estilo de vida simples e despojado, herdado de sua família de sangue e de hábito, resolvesse a situação, adiantando aquilo que Puebla orientaria sobre o despojamento da Igreja povo de Deus⁷⁰.

Depois de tratativas e avaliações, o edifício foi vendido, e o valor foi destinado à compra de terrenos para a construção de centros comunitários que pudessem atender à demanda dos mais pobres, principalmente dos migrantes dos Nordeste que chegavam à capital paulista totalmente desamparados – uma iniciativa pastoral da *Operação Periferia*⁷¹. Consequentemente, com esta venda, D. Paulo foi morar num local bem mais simples. São vários os testemunhos (muitos não registrados) de pessoas que conviveram com ele, os quais narram sua simplicidade e despojamento que repercutiam no seu vestir, no seu falar (no sentido de fazer-se entender pelos mais humildes), na sua opção em não possuir um carro próprio, entre outras tantas qualidades que faziam dele, praticamente, um Evangelho vivo.

Das memórias mais marcantes sobre D. Paulo, as mais admiráveis e corajosas se deram durante a ditadura militar, que coincidiu com boa parte do tempo de seu pastoreio à frente da arquidiocese. D. Paulo atuou com veemência na defesa intransigente dos direitos humanos, principalmente nos anos de chumbo do regime ditatorial brasileiro, denunciando as perseguições, as prisões arbitrárias, as torturas e a repressão a opositores políticos⁷².

Sydow e Ferri relatam como ele foi solidário com muitos presos políticos, dentre eles religiosos e religiosas, repórteres, universitários, políticos, membros de outras denominações religiosas – todas pessoas que, no fundo, desejavam um país melhor, livre e democrático⁷³. O próprio Cardeal Arns⁷⁴ relata que não foram poucas as vezes que ele procurou dialogar com o alto escalão das forças armadas a fim de atenuar o clima de hostilidade ou mesmo apontar que, além de inadmissíveis, as violações aos direitos humanos eram um mal que afetava a própria nação.

⁷⁰ ARNS, 2001, p. 161-162.

⁷¹ ARNS, 2001, p. 162-168.

⁷² ARNS, 2001, p. 278-279; SYDOW; FERRI, 2017, p. 128-131.139-141.

⁷³ SYDOW; FERRI, 2017, p. 103-111.121-123.

⁷⁴ 2001, p. 365-387.

3 – O Plano Pastoral da Arquidiocese de São Paulo: um eco do *aggiornamento* conciliar

Esta exposição já pontuou as fontes inspiradoras de D. Paulo e suas características pessoais; são necessárias, agora, considerações sobre os projetos e ações pastorais concretas durante o seu pastoreio, os quais revelaram três aspectos importantes da Igreja povo de Deus: a ministerialidade (no incentivo e no investimento para a participação dos leigos), a colegialidade (na articulação das atividades em comunhão e diálogo com os bispos auxiliares e os presbíteros) e a corresponsabilidade (na inclusão e no convencimento da responsabilidade de todos os batizados nas demandas pastorais)⁷⁵.

Logo que D. Paulo assumiu a direção da diocese, ele já conhecia a realidade paulistana por ter atuado como bispo auxiliar da região norte (hoje, Santana) a partir de 1966. As referências para dirigir a ação pastoral na Igreja do Brasil até então eram o *Plano de Emergência (1962)*, cujo enfoque se deu na paróquia, no exercício do ministério sacerdotal, e em orientações para as escolas católicas e para a realidade socioeconômica (tudo já em perspectiva de renovação); e depois o *Plano Pastoral de Conjunto (1966-1970)*, que nasce logo ao final do Concílio, mostrando-se totalmente alinhado com ele nas suas seis linhas de trabalho, cujas bases eram os novos documentos conciliares⁷⁶.

D. Paulo, que era orientado pelo ideal eclesiológico do Vaticano II, procurava mover a Igreja em diálogo com às realidades sociais de São Paulo, a fim de que a fé do seu povo se incorporasse a cada aspecto da vida humana (social, política, econômica etc.). Villas Boas e Marchini recordam que, bem no início de seu trabalho na Região Norte, como bispo auxiliar, D. Paulo criou a *Missão do Povo de Deus* para constituir uma presença da Igreja em hospitais, associações de

⁷⁵ Essa tríade perpassa uma obra muito especial de D. Paulo chamada *Os Ministérios na Igreja*, na qual ele faz uma apresentação da Teologia conciliar de forma muito pedagógica e elucidativa. Ao tratar da necessária motivação aos leigos, ele diz que “o Povo de Deus se mobiliza. São os agentes de pastoral que recebem novo convite e novo incentivo da parte do pastor Supremo, que é Jesus. O mundo só se transforma, se os homens bons se unirem para lhe transmitir a bondade que se encarnou pelo Cristo Jesus” (ARNS, Paulo Evaristo. *Os Ministério na Igreja*. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1980, p. 75).

⁷⁶ CNBB. *Plano Pastoral de Conjunto (1966-1970)*. Brasília: CNBB, 2004, p. 2.

bairros, grupos de rua, círculos bíblicos e centros sociais⁷⁷. Para a preparação de leigos atuantes, promoveu-se cursos de formação de lideranças eclesiais a partir da leitura bem fundamentada da Palavra de Deus e outros treinamentos, contando com a ajuda do frade dominicano fr. Gilberto Gorgulho e da leiga consagrada Ana Flora Anderson. Já eram os passos para a criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) na região⁷⁸.

O primeiro Plano Pastoral da Arquidiocese de São Paulo (1976-1978) foi uma ampliação das iniciativas de D. Paulo ocorridas na Região Norte e outras já em curso no território de toda a Arquidiocese. O documento apresentava quatro prioridades pastorais (as quais se conservaram nos planos seguintes, claro, com as devidas revisões): “periferia”, “CEB's”, “mundo do trabalho” e “direitos humanos e marginalizados”⁷⁹.

A primeira prioridade estava relacionada à construção de centros comunitários para serem locais de assistência, seja social, cultural ou religiosa para os habitantes da periferia, que na sua época já era crescente, devido às migrações. A *Operação Periferia* foi uma forma de sensibilizar e motivar a população em geral para as dificuldades pelas quais passavam os moradores dos bairros periféricos de São Paulo devido à condição de marginalização socioeconômica e religiosa, e para incentivar a criação de novas comunidades de base⁸⁰.

Com respeito à segunda prioridade pastoral, tratava-se de uma forma dinâmica de se viver a comunhão e atuação eclesiais entre as camadas populares. As CEB's eram organismos vivos que tinham uma especial atenção às condições de vida dos membros da comunidade, de modo que a construção de igrejas não era o primordial do trabalho, e sim, a atenção às suas necessidades básicas, como alimentação, assistência, moradia e educação. Segundo depoimento do Pe. Ubaldo Steri, “tradicionalmente, pensava-se em construir uma paróquia, fazer uma igreja, mas, na visão de D. Paulo, o que interessava era chegar logo ao povo e testemunhar alguma coisa”⁸¹. Nesse sentido, a presença da Igreja Católica nas periferias em meados dos anos 70 e

⁷⁷ VILLAS BOAS, Alex; MARCHINI, Welder Lancieri. O Cristianismo moderno de Dom Paulo Arns. *Revista de Cultura Teológica*, São Paulo, v. 25, 2017, p. 295.

⁷⁸ RODRIGUES, Cátia Regina. *A Arquidiocese de São Paulo na gestão de d. Paulo Evaristo Arns (1970 – 1990)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, p. 79.83-84.

⁷⁹ RODRIGUES, 2008, p. 112.

⁸⁰ RODRIGUES, 2008, p. 102-104.

⁸¹ RODRIGUES, 2008, p. 105.

meados dos anos 80 foi de forte articulação de base nos centros comunitários, os quais chegaram a superar o número de paróquias.

No tocante à terceira prioridade, tratava-se de uma ampliação de um dos três campos da pastoral social da arquidiocese (pastoral operária, pastoral da moradia e pastoral carcerária). O processo de oficialização e estruturação da pastoral operária em 1970 se deu ainda na gestão de D. Agnelo Rossi, porém, sem uma definição clara de sua atuação. Em 1972, com o apoio de D. Paulo, assumiu-se como objetivos: a formação de militantes operários, a participação nos locais de trabalho e sindicatos, e nos bairros, a elaboração de um boletim informativo da pastoral e a organização de uma biblioteca de interesse dos operários. Embora se priorizasse o ambiente das fábricas, optou-se por colocar no plano pastoral “mundo do trabalho”, para que outros setores não se sentissem excluídos das atenções da Arquidiocese, e mais, para não excluir a possibilidade de se trabalhar com os empresários cristãos⁸².

Sobre a quarta prioridade pastoral, sem dúvida, esta foi a mais delicada e desafiadora de todas, dado o período ditatorial brasileiro. Embora fossem significativas e eficientes as visitas solidárias do arcebispo de São Paulo aos presos políticos e suas conversas com gerais e políticos, estas iniciativas não eram suficientes para refrear a violência cometida pelos militares e as práticas desumanas de tortura. O próprio D. Paulo já estava sentindo as reações, incompreensões e até perseguições por parte do governo⁸³.

Era necessária a criação de algum dispositivo, contando com pessoas hábeis do Direito, para que as denúncias, os apoios e o levantamento de informações com respeito às violações aos direitos humanos viessem à público e abrissem os olhos dos cidadãos brasileiros para a grave situação política e social da nação⁸⁴. Em 1972, foi criado, então, o grupo da Comissão Justiça e Paz, constituído de membros voluntários que regularmente se reuniam com D. Paulo para tratarem dos desafios que surgiam com respeito à promoção e defesa dos direitos humanos no campo político. Três anos depois, o trabalho da comissão se estendeu a outros setores socialmente marginalizados⁸⁵.

⁸² RODRIGUES, 2008, p. 114-118.

⁸³ D. Pedro Luiz Stringhini recorda que até o Jornal *O São Paulo*, semanário da Arquidiocese, foi censurado (WALDIR, Professor; TICÃO, Padre – Orgs. *Dom Paulo Evaristo Cardeal Arns: pastor das periferias, dos pobres e da justiça*. São Paulo: Casa da Terceira Idade Tereza Bugolim, 2015, p. 61).

⁸⁴ ARNS, 2001, p. 279-282. 427.

⁸⁵ RODRIGUES, 2008, p. 97-100.

A relevância desta comissão, relembra Altemeyer ganhou maior visibilidade anos mais tarde com a publicação do livro *Brasil nunca mais* (1985), no qual foi sistematizada as milhares de páginas dos processos do Superior Tribunal Militar, revelando a extensão da repressão política no país no período entre 1961 e 1979⁸⁶.

Considerações finais

Dom Paulo segue vivo no Reino eterno, mediante a fé do povo paulistano que testemunhou o exemplo de suas virtudes. Entretanto, seria pouco significativo se o povo de Deus deixasse o legado deste grande pastor na história, pois o Cardeal Arns foi prova de que a Igreja, mesmo diante de desafios os mais variados possíveis, pode dar verdadeiro testemunho se ela fizer um retorno a Jesus Cristo, de quem a missão da comunidade de fé deve se nutrir e se espelhar. Sendo pobre para nos enriquecer com a Sua pobreza (2Cor 8,9), o Senhor promoveu o diálogo, pregou a verdade, contou com as pessoas com verdadeiro amor e sem exclusões.

O Cardeal Arns dedicou sua vida à frente da arquidiocese de São Paulo com a certeza de que poderia colaborar com a renovação eclesial apresentada pelo Vaticano II e traduzida na América Latina pelo CELAM. Ele dedicou-se à concretização da *Gaudium et Spes* no território de sua arquidiocese, promovendo uma Igreja que servisse ao mundo, propiciando-lhe caminhos de salvação através de uma verdadeira participação eclesial e colegiada que pressupunha participação na vida social, numa espécie de simbiose de ambientes.

Ainda que as autoridades militares durante o regime se sentissem acuadas com o alcance da influência de D. Paulo, vale pontuar que a sua atuação não foi política, mas eclesial. Desse modo, ele deixou evidente o seu esforço de fazer com que a fé do povo, confiado por Deus a ele, fosse orientada pela força do Evangelho de Jesus Cristo, sem apartar-se de nenhuma área da vida humana (social, econômica, política, intelectual). São exemplos de pastores como o de D. Paulo, reconhecido nacional e internacionalmente, que a Igreja povo de Deus tanto necessita, não só para manifestar a presença de “Cristo Cabeça”, mas para despertar o senso de corresponsabilidade e unidade de todos os membros do Seu Corpo.

O lema episcopal do Cardeal Arns era “de esperança em esperança”. Ao se fazerem estes aportes com respeito a identidade e a missão da Igreja povo de Deus à luz da atuação de Paulo Evaristo Arns, espera-se que o legado e o testemunho de um pastor tão querido como ele – que não perdia nunca a esperança – inspire cada vez mais

⁸⁶ WALDIR; TICÃO, 2015, p. 15-16.

homens e mulheres, discípulos e discípulas de Jesus Cristo para a construção do Reino, sempre renovando suas esperanças. Mais do que uma figura histórica importante para São Paulo, D. Paulo foi o artesão de uma Igreja servidora para o Brasil e o mundo, tendo nas mãos os instrumentos do exemplo, da comunhão, da solidariedade e da profecia.

Referências

- ARNS, Paulo Evaristo. *Da Esperança à Utopia: testemunho de uma vida*. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.
- ARNS, Paulo Evaristo. *Os Ministério na Igreja*. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1980.
- CELAM. *Conclusões de Medellín*. 5. Ed. São Paulo: Paulinas, 1984.
- CELAM. *Puebla: a evangelização no presente e no futuro da América Latina*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1980.
- CNBB. *Plano Pastoral de Conjunto (1966-1970)*. Brasília: CNBB, 2004. Disponível em: http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20130906183626.pdf. Acesso em: 25 jun. 2022.
- CONCÍLIO VATICANO II. *Constituição Dogmática Lumen Gentium sobre a Igreja*. In *Documentos do Concílio Vaticano II*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2002.
- CONCÍLIO VATICANO II. *Constituição Pastoral Gaudium et Spes sobre a Igreja no mundo de hoje*. In *Documentos do Concílio Vaticano II*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2002.
- DUSSEL, Enrique. *De Medellín a Puebla: uma década de sangue e esperança*. São Paulo: Loyola, 1981. v. 1.
- DUSSEL, Enrique. *De Medellín a Puebla: uma década de sangue e esperança*. São Paulo: Loyola, 1983. v. 3.
- MANZATTO, Antônio. *Fundamentos Teológicos da Gaudium et Spes*. *Revista de Cultura Teológica*, São Paulo, v. 17, n. 68, p. 75-92, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/15446/11545>. Acesso em: 20 jun. 2022.
- MURAD, Alfonso Tadeu. *Medellín: história, símbolo e atualidade*. *Horizonte: revista de estudos de teologia e ciências da religião*. Belo Horizonte, v. 16, n. 50, p. 600-631, mai./ago. 2018. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2018v16n50p600/13555>. Acesso em: 20 jun. 2022.
- PASSOS, João Décio. *Renovação conciliar e identidade episcopal: o perfil original de Paulo Evaristo Arns*, *Revista de Cultura Teológica*, São Paulo, v. 30, Especial Dom Paulo Evaristo Arns, p. 37-55, jan.

2022. Disponível em:
<https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/56039/38899>. Acesso em: 24 jun. 2022.
- RODRIGUES, Cátia Regina. A Arquidiocese de São Paulo na gestão de d. Paulo Evaristo Arns (1970 – 1990). 2008. 154 p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em:
https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27032009-113207/publico/DISSERTACAO_CATIA_REGINA_RODRIGUES.pdf. Acesso em: 26 jun. 2022.
- SYDOW, Evanize; FERRI, Marilda. Dom Paulo: um homem amado e perseguido. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2017.
- VILLAS BOAS, Alex; MARCHINI, Welder Lancieri. O Cristianismo moderno de Dom Paulo Arns. *Revista de Cultura Teológica*, São Paulo, v. 25, n. 90, p. 279-303, jul./dez. 2017. Disponível em:
<https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/rct.i90.33788/pdf>. Acesso em: 25 jun. 2022.
- WALDIR, Professor; TICÃO, Padre (Orgs.). Dom Paulo Evaristo Cardeal Arns: pastor das periferias, dos pobres e da justiça. São Paulo: Casa da Terceira Idade Tereza Bugolim, 2015.